

ARTIGOS



Subsídios por uma teorização sobre o conceito de região solidária no turismo

Elements for a theorization about the concept of regional solidarity on tourism

Eduardo Yázigi¹

¹ Professor da Universidade de São Paulo. Contato: edyaz@usp.br

Resumo

Pelo fim do século XX o Brasil se tornou muito complexo. Seu território não pode mais depender de confinamentos nos limites da administração oficial. Atualmente, a Região solidária pode se desenvolver sob diferentes formas de novas relações, no interesse de alguns parceiros, até mesmo quando o acordo ultrapassa os limites políticos oficiais – como Las Palmas de Gran Canária ou Ilha da Madeira se reportam ao Plano turístico da EU, ao invés da vizinha costa oeste africana. Este artigo explora diferentes formas de acordos que podem ser empregados em sentido positivo para desenvolver Políticas de Turismo entre diferentes organizações de governo ou privadas, ou outras combinações.

Palavras-chave: regiões solidárias; globalização; turismo; Brasil.

Abstract

By the end of the 20th century Brazil became very complex. Its territory cannot anymore depend to survive confined inside official administration borders. Actually Regional Solidarity can be developed under many free kinds of new relations, interesting to some partners, even when the agreement exceeds the official political limits – Like Las Palmas de Grand Canaria or Ilha da Madeira are related to the Mediterranean touristic plan of Europe instead of the neighborhood coast of West Africa. This article discusses different kinds of agreements that can be employed on the positive sense to develop Politics of Tourism between different governments or Private organizations, or other combinations.

Key words: regional solidarity; globalization; tourism; Brazil

INTRODUÇÃO

O conceito de solidariedade estende-se desde o sentido pessoal e humanístico, até unidades geopolíticas *próximas ou distantes*, incluindo vasto cardápio de opções: corporações, religiões, instituições policiais, aduaneiras, enfim, tudo o que é suscetível de apresentar melhor desempenho em conjuntos com outros. São iniciativas que por certo exigem acordos políticos, financeiros ou jurídicos, onde cada caso exige definições precisas das contrapartidas convencionadas.

O mundo agigantado, super povoado e repleto de complexidades nos força a trabalhar em equipes, conhecidas e desconhecidas, cujos diferentes membros possuem filiações políticas, não necessariamente iguais às nossas. Queiramos ou não este requisito é uma exigência da própria democracia. Em tempos atuais um bom profissional deve aprender a conviver e dialogar com parceiros de diversas facções

políticas, mas instados a partilhar alguns objetivos comuns fundamentais. As equipes pluridisciplinares sempre ganham vantagens sobre os entendimentos individuais, a menos que esses últimos sejam geniais. Uma reunião desse tipo prima pelo respeito e diálogo pautado por trocas, onde as partes envolvidas devem negociar com os melhores interesses e argumentos. *Sem acordos e trocas não se chega à viabilização de regiões solidárias.* E solidariedades se constroem mediante *redes* de comum interesse e bem solidificadas, voltadas para o mesmo horizonte. Como nos encontros representamos instituições e chefias, chegamos com certa identidade política definida, cabendo aos interlocutores temperar os ajustes, com diplomacia e objetividade, de modo que todas as partes saiam ganhando.

As regiões solidárias constituem uma exigência cada vez maior dos tempos atuais. Pareceu-me mais didático elencar algumas situações em que este laço pelo turismo tem mais chance de ocorrer. Do meu ponto de vista de planejador, a *organização do turismo é inseparável do cotidiano* que envolve a vida de gregos e troianos.

RENASCIMENTO DE UMA VELHA PRÁTICA

As alianças são tão antigas quanto a História. Desde que esta registra documentações, sabemos de batalhas, casamentos por conveniência real, pactos e tantos outros fatores que sugerem trocas de conveniência. Até a mítica Cleópatra teve de fazer concessões para ganhar. Mas a força que vence por si mesma está fora de questão.

Quando a cartografia mundial se completou no século XIX, os iniciadores da discussão sobre o conceito de região foram o historiador convertido em geógrafo, Vidal de La **Blache** (1845-1918), e Friedrich **Ratzel** (1844-1904). Dentre os contemporâneos Paul **Claval** é um dos grandes nomes com seus estudos sobre geografia regional. Os dois primeiros se preocuparam com a sistematização das superfícies terrestres de acordo com as propriedades da biosfera: desertos, planícies, planaltos, tipo de cobertura vegetal, formações montanhosas, orlas marítimas, etc. Não obstante, logo se percebeu que descrições de teor natural não explicavam muita coisa, sugerindo-se dar maior relevância às ações antrópicas de tecnologia, economia, política, sociedade, cultura – tudo o que intervém e regula o espaço.

A História Universal demonstra que grande número de fronteiras geopolíticas dos dois últimos séculos foi mais uma vez alterado no decorrer do século XIX, durante o qual se unificaram e se dividiram nações e etnias. No entanto as alterações do século seguinte, produtos de dois conflitos mundiais sem precedentes, chegaram a mais uma condição que permanece longe de ser considerada definitiva - vide, por exemplo, a contenda entre Israel e Palestina ou as beligerâncias da Ucrânia contra

a Rússia em 2014. Houve o advento de muitas organizações mundiais no mesmo século XX, com uma evidência a ser equacionada: é preciso a todo o custo chegar a acordos relacionais de peso que garantam a paz. Enquanto o Ocidente tenta intervir no Oriente Médio contra a Síria, em nome da democracia, nenhum país ousa se interessar pela democracia das repúblicas africanas... As encrucas dessas naturezas são perigosas porque ameaçam novo conflito mundial, porque mesmo sem uso de armas atômicas, milhões podem morrer estupidamente com as armas modernas da atualidade.

Os Estados mais fortes e consolidados definiram instituições financeiras neoliberais bem claras. Nos últimos trinta anos vários fatores econômicos e políticos viriam a modificar bruscamente as fronteiras “tradicionais”. A globalização com seu Neoliberalismo, facilitando reposicionamento de empresas; a organização de agrupamentos de interesses comuns, como a União Europeia; a nova divisão internacional do trabalho; a instantaneidade de transferência de capitais de um país para outro e o desejo de libertação de etnias, outrora forçadas a conviver juntas, dentre tantos outros motivos, produziu resultados questionáveis. Nem sempre o mesmo idioma ou a mesma religião sustentam uma unidade nacional. Mas grande ainda é o número de facções políticas que lutam por sua identidade. *Tenha-se claro, a formalização de uma identidade não vai sem conflito com as demais, posto que ela sirva antes de tudo, para legitimar direitos e privilégios, os quais, nas fronteiras com os outros, costumam gerar beligerâncias.* A Liga Hanseática de cidades, do norte da Alemanha, no final do século XV, mesmo se reunindo em nome do interesse comum, já caminhava para a rivalidade entre cidades, assunto tão explorado e bem comentado por David Harvey em seu livro constante na bibliografia abaixo.

A possibilidade de autodeterminações nacionais coloca em dúvida os múltiplos interesses que carecem de soluções em suas interações, muitas das quais já não dependem da vizinhança geográfica imediata, nem da mesma bandeira política e sim de novos arranjos políticos. O recém criado BRICS é prova disso. Por certo, os blocos formados na virada do século XX, seja a União Europeia, onde a jacobina França se permite eleger um primeiro ministro espanhol, seja o grande bloco Asiático, ou o alinhamento norte-americano, demonstram que entre eles frutificaram solidariedades construídas com negociações. Apesar de tudo suas partes nacionais são dotadas de graus hierárquicos de autonomia interna, como também nos países não tão alinhados como no MERCOSUL. Malgrado décadas de existência este ainda não logrou solidificar instituições de amplos interesses comuns e eficazes – quando não chegam mesmo a contrariar interesses já estabelecidos. É nesta condição frágil que o conceito de *regiões solidárias* pode e deve adquirir musculatura.

Os grandes blocos que congregam países de várias etnias ou religiões, conquanto solidários na Fé, apresentam o inconveniente de abrigar relações de força e de contendas entre si. Este breve artigo, mais à guisa de reflexão teórica, não pretende explorar o tema que os grandes blocos colocam entre si e os outros. Isso ultrapassa muito nosso objetivo em favor da vertente solidária destinada a favorecer interesses recíprocos. Pretendemos ponderar possibilidades menores, em circuitos nacionais e em suas fronteiras, tais como as do Brasil em interface com a América do Sul. A solidariedade já firmada por grupos como a União Europeia mostra que, internamente, poderão surgir, apesar da união maior, “n” projetos de interesse comum derivados da vontade e da liberdade deste ou aquele consentir. Por exemplo, a cúpula do bloco europeu lançou as premissas do que poderia ser uma Política Marítima europeia, destinada a garantir sua “supremacia naval” que conta com mais de 3.500 portos entre fluviais e marítimos. O apelo foi lançado aos países membros, que têm a liberdade ou não de aderir ao projeto. Assim se firma a possibilidade real do conceito de *regiões solidárias*, dentro do mega projeto que é o bloco já solidário da UE.

PRELIMINARES PELA DEFINIÇÃO DE REGIÕES SOLIDÁRIAS

O conceito em tela deve ser mais pormenorizado devido às múltiplas conjunturas relacionais existentes no mundo: cada uma é um caso. Em se tratando de um recurso viável, mas não plenamente teorizado em todos os campos, entendo que tal padrão de região deva:

- Viabilizar projetos de desenvolvimento sócio espaciais visando à melhoria da qualidade de vida;
- As estratégias pela realização de projetos devem ser oficialmente firmadas, após análise dos graus de autonomia que cada parte poderá dispor. Assim podemos elencar a razão de sua existência de fato:
 - a) Definindo um comitê coordenador, composto de representações das partes interessadas e oficialmente reconhecido – por exemplo, a fórmula de associação, de deveres entre governos e privados;
 - b) Conscientizando comunidades e reunindo entidades regionais interessadas em ações comuns do tipo *cluster*;
 - c) Definindo os estatutos que regerão a cooperação comum;
 - d) Compatibilizando leis municipais, estaduais ou nacionais no que for necessário;
 - e) Formalizando as responsabilidades de cada parte;
 - f) Procurando, conjuntamente, fontes de financiamentos;
 - g) Obtendo possíveis apoios de instituições sociais e econômicas já existentes;

- h) Definindo uma equipe executiva durante a duração dos projetos;
 - i) Redefinindo novas estratégias e esquemas burocráticos que se mostrarem necessários;
 - j) Eliminando de uma vez por todas o “espírito de paróquia”. O cidadão de que o mundo precisa é da paróquia, mas também do todo planetário – como tanto prega Jürgen Habermass.
- O conceito de *cluster marítimo*, por exemplo, consiste de uma região solidária que pode congrega desde interesses de pescadores, políticas de turismo até sistema portuário, indústria naval e todos quantos vivem da presença e função portuária. *Cluster* quer literalmente dizer *constelação* – um conjunto de estrelas que se reúnem para brilhar de forma diferente das individualidades de cada uma;
 - Com certeza, somente a experiência permitirá reavaliar as primeiras tentativas de regiões solidárias, que poderão evidenciar vários padrões diferenciados de metodologia e organização – e inclusive alterar a teoria;
 - As regiões desejosas de se associar a outras, devem ser dotadas de absoluto respeito, tanto do ponto de vista político-partidário, como outros que possam trincar acordos. Infelizmente, o Brasil tem demonstrado crescentes desavenças devidas a divergência que não são sequer ideológicas, mas fundadas na mesquinha e rixinhas personalistas entre membros de várias instâncias do poder. Comunidades que sofrem por beligerâncias desse tipo devem levantar a voz em nome do interesse comum, - que é sempre e sempre, mais gratificante que a “hortinha” paroquial;
 - Definindo e formalizando as representações firmadas sob varias modalidades de governo: do municipal ao nacional, de uma instituição com outra.

O mundo já conta com várias organizações solidárias de múltiplos fins, que não constituem regiões solidárias espaciais propriamente ditas, mas podem, eventualmente, com estas colaborar. Vide a fabulosa rede de internautas; a inumerável quantidade de associações civis, comerciais, industriais, culturais, sexistas e agrícolas; as corporações profissionais de diversas ordens; as representações mundiais como ONU e outras; superintendências de desenvolvimento regional, como as criadas no Brasil na década de 1960 (Sudam, SUDENE, Sudesul, etc.); as associações amigos de bairro, de pais e aluno, etc.

Do ponto de vista de um arranjo nacional, o tempo da autonomia municipal se tornou obsoleto, na medida em que suas necessidades confinadas na oficialidade já não podem mais se equacionar com esforço e recursos próprios. *As redes vieram para envolver o mundo*. O último quartel do século XX assistiu à proliferação de grandes redes de serviço, tornadas inviáveis no pequeno universo da municipal: as companhias,

estatais ou não, de telefonia, rádio e televisão, saneamento, energia elétrica e gás atendem ao máximo número possível de municípios. Sozinho o poder municipal foi ficando limitado mais e mais, sobretudo quando a Lei Metropolitana, em decorrência do *Artigo 164 da Constituição do Brasil*, oportunamente, cerceou as iniciativas que contrariassem o bem comum maior. Dentre outras, renasce ampliada Região Metropolitana de São Paulo. Em tempos recentes, houve-se por bem instituir a Macrometrópole de São Paulo, congregando seus 39 municípios aos da Baixada Santista, de Campinas, de Sorocaba e ainda o Vale do Paraíba, reunindo perto de 120 municípios. Já não cabe mais ao poder central definir quais são as regiões metropolitanas e sim às Assembleias Legislativas de cada Estado. No entanto, se algumas reservas da biosfera incluem mais de um Estado, cria-se um impasse se os respectivos Estados não se entenderem. De fato, como a biosfera não obedece aos limites político-administrativos, sua preservação pode ficar comprometida por uma omissão federal, única capaz de intervir neste preciso caso. Se um município deve legalmente se privar da industrialização para não contaminar suas reservas de água que nutrem os demais municípios metropolitanos, tal limitação teve de ser recompensada com um prêmio dado pelo Imposto de Circulação de Mercadoria regional. Mas aí de nós, em que pese a Lei, as atividades urbanas ainda não se comportam de modo conforme.

Não apenas a água vital, mas todas as determinações da Lei Metropolitana - rede viária, zoneamento industrial, dutos subterrâneos, etc. devem procurar a combinação mútua sob forma de rede, e o ideal no que for necessário. Por certo, ao município restaram várias iniciativas, como a definição do uso e ocupação do solo e do perímetro urbano; o plano diretor, etc. - desde que em sintonia com as disposições federais, estaduais, e outras, como as de Segurança Nacional ou da Aeronáutica. A evidência que não pode ser negligenciada é esta: a conurbação de aglomerações urbanas pelo mundo afora cria situações comunitárias não equacionáveis na unidade: *ou se resolvem em conjunto, ou o caos e conflito se instalam*.

Podemos definir *regiões solidárias* como sendo espaços geográficos passíveis de congregação em vista de objetivos comuns que, isoladamente, teriam menos chances de se realizar. A premência desta associação resulta tanto mais necessária, quanto maior e mais complexa for a conjuntura mundial, cujos esforços são prioritariamente voltados ao poder e sobrevivência dos grandes blocos de identidade política. A solidariedade pode se interessar por âmbitos menores, mas nem por isso dispensáveis à manutenção econômica e social da vida. Regiões solidárias são parte da estratégia política de qualquer nível e, *a priori*, já podem contar com várias instituições políticas de apoio. As que não existem podem ser inventadas, inclusive geograficamente distantes entre si.

POSSIBILIDADES DE REGIONALIZAÇÃO SOLIDÁRIA

1. Região mundial: a imaginada, mas não impossível Ecumenópolis

Esta construção imaginária, é uma das hipóteses mais importantes da atualidade e nada tem de ficção. Ela é produto de grandes reflexões de dois eminentes e experimentados estudiosos. A finalidade desta inclusão no presente rol de preocupações nos alerta à real possibilidade e um tenebroso quadro que já vai galopando e exige reais políticas que primem pela solidariedade em vista da salvação.

Foram o historiador Arnold Joseph **Toynbee** e arquiteto urbanista Konstantino Apostolu Doxiadis que imaginaram esta previsão monstruosamente grande após estudarem a marcha da urbanização em todos os países do mundo, e sua possível configuração futura. Lograram cartografar um *mapa mundi* assaz suscetível de acontecer: **a ecumenópolis** – cidade resultante da emenda de todas as outras, assim por eles batizada significando a fusão de todos os vetores de urbanização e o crescimento populacional. Nesta representação, assustadora, sobrariam alguns pouco vazios compreendidos por reservas da biosfera: um deles, por exemplo, seria o Pantanal sul americano. Um fenômeno tão fora de medida resultará em caos se múltiplas organizações e instituições não se definirem em blocos solidários, firmemente concatenadas, por diretrizes de co-coordenação sistêmica, ainda por ser inventada.

A urbanização do planeta será cada vez maior e irreversível. As populações rurais já estão em pleno avanço no processo de urbanização: a sociologia, de longa data, já não se logra diferenciar o que é rural do que é urbano. Um cidadão pode criar rãs ou soja, mas vive na cidade. Como se não bastassem os conflitos gerados pelo crescimento urbano, outros ainda desconhecidos poderão surgir. *A solidariedade será o instrumento chave da sobrevivência* – cujo nobre conteúdo, até o presente, não soube se organizar de outra forma senão em condôminos defensivos como adoram as elites, que morrem de medo da “população do abismo”. *Não foi nada disso que filósofos, desde Platão até os alemães imaginaram para o bem da humanidade.* Não faltam muitas gerações até que esta profecia se realize, *y ahi te quiero ver.*

O que no fundo vale é a materialização de planos e projetos que se viabilizem coadunem esforços mútuos. Mas regiões solidárias, eticamente definidas se prestam a valores extremamente mais nobres e justificáveis do que as guerras!

2. Um só aeroporto para cidades próximas entre dois países

O crescimento urbano atual é de tal monta que se tornou comum dois ou mais

municípios se fundirem em conurbação, gerando conflitos de interesses de ordem supra municipal. Até dois municípios podem se organizar no interesse comum de prestação de serviços, rede viária, etc. desonerando despesas e proporcionando qualidade, equacionando-se conjuntamente. Na década de 1970, Tabatinga, na fronteira amazonense, com Letícia, Colômbia, nem chegaram a discutir um problema comum (já sabedor da Aeronáutica): ambas careciam de um aeroporto adaptado a jatos. Não havia o menor sentido cada município ampliar seu aeroporto para aviões deste tipo: resultaria numa fortuna impensável para ambas as partes, cuja distância de separação podia ser feita à pé em poucos minutos. No entanto, não se realizou nenhum acordo de interesse mútuo. Faltou-lhes o espírito de cooperação aqui defendido. Turistas e não turistas saíram perdendo. De quanto teria sido a economia com um só aeroporto e gestão conjunta dos dois países?

3. Cidades gêmeas em fronteiras internacionais

As cidades gêmeas em fronteira internacional entre países sulamericanos e o Brasil já contabilizam mais de cinquenta pares, com amplas trocas entre um lado e outro, incluindo vários tipos de serviços intercambiáveis e aduaneiros. A faixa de proteção das fronteiras brasileiras vai até o limite de 150 km da linha divisória internacional. Obedecendo tal critério ficam automaticamente excluídas as partes orientais dos municípios brasileiros, à partir da linha demarcatória de proteção nacional. Ou seja, a linha abrange uma faixa de segurança, mas sem obedecer a integridade dos municípios. Como mais cedo ou mais tarde será indispensável coadunar as aglomerações urbanas de cada conjunto, será também preciso que o provável entendimento de solidariedade abranja as áreas rurais, isto é, as faixas de ambos os lados, pois não seria lógico desenvolver apenas parte do município.

Como é de conhecimento geral, linhas de fronteira são meios de trânsito obrigatório de mercadorias e pessoas comuns ou turistas que não viajam de avião. A urbanização dos pontos de controle aduaneiro, de ambos os lados, é inevitável. Turistas provenientes via Brasil que desejam se dirigir a países hispano-americanos por terra, e vice versa, são potenciais frequentadores de fronteiras de via rodoviária. Pode-se então perguntar se as linhas divisórias se acham em condições de, inevitavelmente, acolher turistas. Os controles aduaneiros podem se mostrar duros, com ou seu razão, em virtude da droga e outros contrabandos. Os pernoites, a ambiência urbana, enfim carecem de tratos. Efetivamente, nessas partes do território, longínquas da “civilização” permaneceram muito aquém do desejado. Por igual, fatos inconcebíveis acontecem à margem da legalidade. Veja-se o fenômeno, não sin-

gular, de motoristas de taxi bolivianos fechar a fronteira com Corumbá, MS, em protesto ao governo brasileiro que não permite seus cidadãos gastarem mais de duas centenas e pouco mais de dólares na zona franca boliviana. Segundo respeitáveis professores universitários sul mato grossenses, a lei “simplesmente se evapora” em áreas de fronteira... Entenda-se, a lei que não regulariza o trânsito turístico é uma lástima para os visitantes porque a viagem terrestre permite melhor exploração da visita e ademais é comum cada lado possuir atrativos que tem ou não, e assim tolher a opção do visitante.

4. Regiões no interior de uma Região Administrativa oficial

Por estranho que pareça uma região solidária pode se firmar no seio de uma região administrativa formal. Na década de 1990 tive a possibilidade de trabalhar pelo SEBRAE, organizando e formalizando o *Conselho Regional de Turismo da Região de São José do Rio Preto, SP*, cuja sede municipal não se interessou em participar. Depois de ter sondado todos os oitenta municípios da Região, com debates nos principais polos regionais (Jales, Fernandópolis e Votuporanga), grande número de municípios optou por fazer parte do Conselho, pois as represas fluviais limítrofes com Mato Grosso do Sul e Minas Gerais ofereciam excelentes alternativa às praias marítimas saturadas: insolação anual excelente; esportes aquáticos; natação; surfe aquático; iatismo, e até pequenas ondas. Além disso, havia todo um ambiente agradável de veraneio o ano todo, além de aumentar a arrecadação municipal de impostos em decorrência de casas secundárias, oficinas de mecânica náutica, *piers*, complexos de lazer portuário, etc. Os participantes deste projeto, mediante cotização mínima destinada à coordenação, poderiam se permitir, por exemplo, de pagar um minuto ou dois de publicidade num grande canal de televisão, fato quimérico para qualquer um deles isoladamente. Caso se dirigissem ao poder da União, teriam muito mais força política: não se pode negligenciar reivindicação de dezenas de municípios juntos. Na sequência da criação deste conselho, vários estados do Brasil copiaram meu modelo.

5. Regiões semimetroplitanas

O caso mais flagrante se apresentou na Região Metropolitana de São Paulo, com cerca de 40 municípios, tangenciando duas outras regiões: Campinas e Baixada Santista. Se considerarmos, a interdependência real, teríamos de acrescentar ainda todo o Vale do Paraíba e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, somando um

total perto de cento e vinte municípios, como já comentado. Gigantesco, mas corresponde à realidade. Jamais o poder central federal deixaria tal região ser gerida por um “governador” porque este seria mais poderoso que o presidente da República com seu PIB monstruosamente grande. A consciência deste complexo tem realizado reuniões para oficiais sob um sistema camerário de pouco poder, pois as regiões carecem de mais institucionalizadas, e prenunciam o pesadelo de Arnold Toynbee! Mais cedo ou mais tarde o inchaço de tal mega região acabará forçando a busca de um regime comportando várias decisões conjuntas, sem o que seu futuro seria negro para o país. Nossas instituições foram pensadas num tempo cuja dinâmica pachorrenta foi se adaptando pouco, sem bússola precisa, provocando muitos desastres evitáveis. O mundo todo ainda carece de mais adaptações aos modelos econômicos vigentes e à lógica & tempo da informática.

Reservas Naturais intermunicipais e interestaduais

A criação de reservas tem gerado muitos problemas de viabilização que podem condenar a si mesmas. Por exemplo, na divisa extrema do Estado de São Paulo com o Rio de Janeiro, nos altos serranos de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, existem várias reservas cujas populações lindeiras incluem quilombolas e outros padrões sociais que não se entendem, não chegam a acordos, conforme demonstra o doutorado de Márcio Bahia **Labruna** citado na bibliografia. Seu recorte compreende quatro municípios: Ubatuba, Cunha, São José do Barreiro em SP e Paraty no RJ. As Unidades de conservação consideradas são: Estação Ecológica de Tamoios-ESEC Tamoios; Parque Nacional da Serra da Bocaina- PNSB; Área de Proteção Ambiental do Cairuçu- APA Cairuçu; Reserva Ecológica da Juatinga-RE; Área de Proteção Ambiental da Baía de Paraty, Paraty Mirim e Saco do Mamanguá- APA Baía de Paraty; Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Picinguaba - PESM Picinguaba; Parque Estadual da Serra do Mar; Núcleo Cunha- PESM Cunha e Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte- APA LN. Por sua parte, o Mosaico da Bocaina comporta 14 municípios, que enumero para se entender a complexidade da situação. No Estado do Rio de Janeiro os municípios são: Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Paraty, Rio Claro. No Estado de São Paulo compreendem Areias, Bananal, Caraguatatuba, Cunha, Natividade da Serra, São José do Barreiro, São Luiz do Paraitinga, Silveiras, Ubatuba. O Mosaico paulista comporta nada menos de dezoito parques.

Ora, à semelhança do interesse metropolitano, fenômeno que avança fortemente no mundo inteiro, o Governo do Estado de São Paulo poderia, constitucionalmente, criar “regiões de planejamento” sempre que dois ou mais municípios não logram re-

resolver seus problemas em comum. Para que o caso em epígrafe se equacione, o Estado do Rio de Janeiro teria de fazer o mesmo, pois as respectivas assembleias legislativas estaduais poderiam criar abertura para ambos os lados. A encrenca estudada pelo meu doutorando é do rol de preocupações de meu grupo CNPq de pesquisa. Trata-se da seleção de quatro municípios juntos, dois no Estado de São Paulo, dois no Rio de Janeiro, cujas partes, anos decorridos, não conseguem se entender, especialmente entre quilombolas. A escolha se limitou a quatro para se entender como ocorre à dinâmica da proximidade – segundo o *tipo ideal* weberiano. Como a região é de alto interesse para o desenvolvimento regional do turismo, ditas assembleias deveriam e teriam plenos poderes de criar uma “região de planejamento” conjunta, no interesse de todos, mas até 2014 nenhuma delas se manifestou diante deste real problema. Efetivamente, a medida seria necessária porque, considerados os quatro municípios integrantes, nenhum deles tem ascendência sobre o outro e assim se arma um impasse para o desenvolvimento que os legisladores se recusam a reconhecer e podem, em consequência, provocar a deterioração das reservas regionais e de uma região nos vetores turísticos provenientes da Grande São Paulo e de todo o Vale do Paraíba - sem considerar ainda o lado carioca. Trata-se de um caso que, insofismavelmente deveria caber à Constituição modificar, atribuindo o poder de decretar uma região de planejamento entre estados que não logram fazer o que lhes é plenamente lícito.

6. Conurbações intermunicipais

Às conurbações são cada vez mais comuns entre os quase seis mil municípios do Brasil. Fruto da Revolução Industrial tardia, a tendência à concentração se processa diferentemente da Europa, onde muitas das antigas cidades promoveram a industrialização. A rigor se trata de um caso simples, mas nem por isso dispensa coadunar a continuidade de serviços e infraestrutura: sistema viário e de transportes, tratamento de possíveis reservas contíguas, ou ainda a recuperação de bacias hidrográficas que podem abranger muitos municípios. São iniciativas sem dúvida possíveis, mas dependentes de compatibilização político partidárias nem sempre facilitadora.

7. Periferias metropolitanas

A tão cantada e comentada Periferia vara os séculos ecoando dolorosos clamores. Existem periferias em todos os municípios, pois estes nascem do centro e se expandem criando subúrbios. Não obstante, os casos mais graves se referem às regiões metropolitanas criadoras de tentáculos rodo ferroviários que são causa e desespero dos que neles transitam cada dia. O problema do transporte metropolitano se resol-

ve dentro de um grande sistema geral, mas as centralidades não, pois toda metrópole é de natureza polinucleada. É deste ponto de vista que o arranjo interno das centralidades tem muito a fazer - uma ideia que desenvolvi no meu livro *Saudades do Futuro*. Em resumo, como cada centralidade não logra dispor do essencial em equipamentos de serviços de qualidade mais usuais, lazer incluído, seria socialmente conveniente que as vizinhanças de cada “freguesia” se fizessem complementar com ofertas compensadas por um município vizinho, cujo acesso seria mais fácil de alcançar, sobretudo do ponto de vista escolar, saúde e lazer cotidianos. Um município complementaria outro próximo, mas como cada um se gaba da sua autonomia, a iniciativa solidária só seria possível mediante ação direta do Estado, via Conselho Metropolitano. Uma verdadeira economia de escala; se ganha em tempo de acesso e qualidade, se uma política urbana desta natureza privilegiasse tal ideia.

Vale ainda lembrar dois exemplos: a periferia pode oferecer atrativos turísticos preciosos. Basta consultar um guia turístico do Chile. As Ilhas Chiloé, ao lado de Puerto Mont possuem palafitas, cujo conjunto arquitetônico é digno de ser visitado e fotografado. No entanto, palafitas ribeirinhas a Manaus são deploráveis, um convite para se afastar! O que acontece neste Brasil que atira os pobres longe da visão dos “bem nascidos”? Até quando *Catilina abutere patientia nostra*?

No meu livro já citado neste tópico, lembro que algumas favelas litorâneas sobre morros são dotadas de potenciais bastante ricos, seja pela paisagem, seja pelo cultivo do samba, carnaval, rituais afro brasileiros, capoeira, gingados vários. No entanto um ou outro núcleo logra receber turistas estrangeiros em excursões rápidas – porque, efetivamente um lugar turístico é definido pela densidade de frequência, equipamentos e serviços, além de uma imagem que o caracterize como tal. Mas qual imagem: a dos tiroteios? Já em Santorini, Grécia, uma das mais belas pérolas insulares do mundo, era bem pobre em seu relevo montanhoso sobre o Mediterrâneo. Que se fixe bem esta minha comparação já confirmada pelo Grupo Bauhaus de Alemanha em missão no Brasil: a disposição morfológica da cidade medieval europeia é muito semelhante à de nossas favelas sobre morros, que forçam a criatividade construtiva para se adequar aos declives e ladeiras. Santorini apresenta hoje, as mesmas edificações de há pelo menos 70 anos: toscos reboques maquiados de singela beleza no conjunto. Que solidariedade se pode imaginar para as periferias metropolitanas? Ou até para cidades como Corumbá, na qual até o começo do presente século, as simples habitações da periferia reproduzia o Art Decô dos anos 1920 – *muito importante por exteriorizar o sinal de querer pertencer à família da boa arquitetura da cidade* – a ser conferido com o doutorado de Joelson Gonçalves Pereira por mim dirigido.

8. Regiões distantes entre si

Este é o caso mais raro, mas pode ser facilmente exemplificado por dois complexos insulares: Ilha da Madeira, Portugal, e Ilhas Canárias, Espanha. Ambas estão a poucos minutos de avião da Costa Africana, mas a três horas e meia de avião até as matrizes continentais. Não pareceu interessante aos dois sistemas insulares conveniar solidariedade com a pobre costa africana. O interesse insular rerecaiu não só na imagem de Mediterrâneo onde Portugal e Espanha se molham do salgado, como ainda negando o lado africano que peca pela carência de recursos que o colocasse em pé de qualidade equivalente ao que os países ibéricos podem dispor à “dentro de casa”. Assim, Ilhas Canárias e Ilha da Madeira aderiram ao plano de desenvolvimento turístico do Mediterrâneo.

GANHOS TURÍSTICOS EM REGIME DE SOLIDARIEDADE

Eis um exemplo de todos conhecidos. Por qual razão a França é um dos países que ditam a Moda – cores, modelos, tecidos, etc.? Claro que antes de tudo é preciso que exista criatividade condizente, passível de agradar certos segmentos sociais e seus valores. Entretanto, quando pensamos em “lançar moda” o sujeito empreendedor é mais do que um indivíduo, é toda uma classe de fabricantes que, em comum acordo, toma algumas decisões conjuntas, não só para a próxima temporada, mas as subsequentes também: a cor da moda e prováveis modelos programados em séries. A confraria industrial se entende sob uma constante histórica denominada “obsolescência programada” = produtos que devem durar pouco, para que a clientela os substitua a cada ano, na folia do consumismo. No entanto, em vários outros países como o Brasil, conquanto existam vários estilistas criadores e muitos fabricantes, a categoria profissional a que pertencem não chega a acordos e então o país não lança moda, consome a dos outros, cujas criações são frequentemente de estrangeiros contratados pelas grandes grifes parisienses ou milanesas.

O turismo poderia com certeza melhorar seu desempenho, sobretudo em potenciais pouco explorados, mas longe de meu pensamento propor modas que mudem a cada ano, pois penso ter ideia muito melhor e mais conveniente. Não obstante, pode se tirar proveitos de um hotel ou museu fazer algo para si mesmo, mediante vários tipos de solidariedade – não essas que são “do ano” e sim as que, pelo contrário, *estendam-se à oferta turística mais como um produto a ser constantemente aperfeiçoado do que viver de expedientes que sequer contam com o tempo da maturação.*

Tomem um mapa geral da Argentina, do Brasil, de uma região, ou de um município

e veja que fora dos limites geográficos oficiais aparece um grande vazio, um branco como se o resto não existisse mesmo que você tenha de nele passar até chegar ao coração do foco visitado. Ledo engano, não adianta esconder, ninguém acredita, na exclusividade universal de qualquer lugar do mundo, sobretudo o turista que estuda bem o lugar e as vizinhanças para planejar suas férias. Ora, como a ideia de solidariedade pressupõe outros lugares e lugares dentro do próprio lugar principal, seria preciso se abrir para uma vizinhança propiciadora de vantagens para ambas às partes.

Os governos reconhecem o conceito de regiões turísticas, mas quase sempre definidas e limitadas pelo universo administrativo oficial. Nos casos solidários o que se tem a oferecer não precisa se situar obrigatoriamente nesse âmbito, mas relacionar focos de atração de um com outro. O maior obstáculo para este princípio está no pensamento equivocado de que fazendo menção para outros atrativos que não o seu, se estará perdendo clientela. O turista consciente vai para onde quer e não para onde aponta o “espírito de paróquia”.

Desde então podemos elencar fatores que podem ensejar a solidariedade formal:

1. A região solidária pode ser construída à margem dos limites oficiais

Os serviços e equipamentos turísticos não costumam atentar às vizinhanças municipais e estaduais, podendo permanecer alheios. No entanto, se o turista ficar sabendo do que existe por perto não deixará de tirar partido. Às vezes o turista acha que deve “visitar algo mais por perto”, o quê é correto porque ele não deve fidelidade a lugar algum. Logo, o inventário dos atrativos das redondezas poderá sugerir em seu conjunto vários tipos de iniciativas solidárias. Num livro meu denominado “A pequena hotelaria e o entorno municipal”, já chamava atenção dos hoteleiros para esta questão, pois o ambiente que cerca a hospedaria poderá continuar hostil e ele e sua classe não fizerem nada, a zona poderá se deteriorar mais e muitos serem forçados a fechar o negócio, como já aconteceu várias vezes no Brasil. Miséria é um mal a ser reparado, desleixo deve ser condenado!

2. Promoções regionais

As promoções regionais dependem de todos ou quase todos os membros da categoria de profissionais do turismo convirem para determinados tempos fora de temporada, oferecerem reduções num grande cartel de serviços e equipamentos de todo um liame solidário. Os *shoppings centers* já fazem isso de longa data e atraem grande massa de interessados. Esta modalidade de atuação não precisa se chocar

com fatos que são só da individualidade de um município. Festivais de camarão ou cinema já são comuns e rendem muito, Muitos centros se sentem mal quando o município ao lado promove alguma coisa que lhe “rouba” a clientela. No entanto, mediante acertos inteligentes do calendário considerando o tempo de todos, tal inconveniência pode ser evitada. Se o vizinho convida para um *show de rock*, o outro poderá se beneficiar de algo bom e corriqueiro em seus domínios, oferecendo algo complementar. Isto quer dizer que as promoções regionais funcionam inclusive quando um atrativo é de iniciativa do outro lado.

3. Qualidade regional garantida por selos

Empresários e associações de muitos municípios ficam sempre a imaginar um modo de atrair mais turistas, **esquecendo-se do valor da qualidade**. Frequentemente mais vale o aperfeiçoamento do atendimento - da perfeição do apartamento hoteleiro ao profissionalismo da faxineira ou cozinheira, do que a vinda de um cantor à cidade. Em princípio, quando o turista sai de casa se torna carente de tudo: desde seu travesseiro à carne de panela da Mama. Será que tudo anda perfeito em Conceição dos Gatos? Existirão cursos regionais de excelência generalizados? *Todos empresários dominam a arte de receber com maestria?* Ou deve uma reciclagem regional a cada ano e para todos? Se um empregado bem treinado ganha um salário mínimo e meio, um dia acabará sendo “pescado” para outro estabelecimento que oferece dois salários e assim a qualidade de onde saiu tende a cair. Em resumo, é preciso dotar os profissionais do turismo de alto desempenho profissional, sobretudo em aperfeiçoamentos.

4. Viabilização de publicidade em grandes redes de TV

Como tudo, o turismo precisa ser anunciado onde possa expor desde as virtudes da paisagem ao sistema hoteleiro e de restauração. De pouco vale anunciar numa emissora local ou regional. O turista vem de mais longe. E pagar um minuto de exibição das riquezas regionais, que beneficia a todos, custa muito caro, salvo se for pago por uma cotização associativa, solidária. Esta se propõe a divulgar a região, sem privilegiar este ou aquele. O importante é o substrato comum a todos – o resto é tarefa individual. Mais eficaz ou não?

5. Criação de um site comum com todas as informações

No Brasil existem sites de hospedagem até a náusea, mas geralmente mal feitos e com a irritante mania de esconder tarifas – bem ao contrário da Europa e de muitos

países. O medo vem seguramente do desconhecido que surge: preço de balcão para afugentar os duvidosos e preço reduzido, na hora, para “gente de bem”... Muitos sites mostram as paisagens do lugar, a sala de comer, os componentes da gastronomia, mas não o quarto de dormir e seu banheiro, cujas fotos podem afastar clientes. Ora, o turista quer se informar de tudo: o preço da hospedagem ao longo do ano, sua cartela de serviços, as vagas na garagem, o mapas regional de acesso; a variedade de comércio do lugar; seus atrativos; seus dias e horas de funcionamento, etc. Mas não basta anunciar tudo e esquecer informações básicas como é habitual; seria uma grande desconsideração. Um *site* deve ser pelo menos mensalmente atualizado, trabalho que requer um rigoroso profissionalismo, confiado a um internauta experiente que deve procurar todos os lugares anunciantes e atualizá-los: mudança de tarifas, dias em que fecham, etc. Tudo isso fica mais completo em redes solidárias de instituições.

6. Representações conjuntas em vista de obter infraestrutura turística: a força política reside aqui.

A infraestrutura costuma ser o maior drama, sobretudo para os que desejam excelência e acabam rodeados de mediocridade. Logo começa a resmungaria, pelos jornais e pessoalmente junto ao Prefeito, ou a uma das repartições administrativas. De pouco vale porque “uma andorinha não faz verão”, mas uma associação de peso que ajuda a manter a imagem do lugar faz verão sim. Não adianta estar apenas de boas relações com o poder porque ele muda, e daí? Em outras palavras aqui se trata de representações significativas de justas reivindicações coletivas, que propiciam maior oferta de empregos. As associações hoteleiras se concentram, basicamente, no que é do interesse classista, ignorando ações ambientais.

7. Conscientizar o poder do equívoco de esconder os pobres do “outro lado da rodovia”, tentando profissionalizá-los para o turismo e proporcionando-lhe (e em alguns casos requerendo) habitações decentes.

Todos os lugares bem sucedidos do Brasil se favelizam e criam ambientes de sinistra hostilidade ao prazer de flunar. Todavia, o pior não é só a favela, mas a deterioração construtiva por agentes de posse. As ruas comerciais costumam ser aquelas que mais denigrem a cidade. E as associações comerciais não têm a menor sensibilidade do mal que causam com essa displicência, incapaz de alertar sua própria classe. Do mesmo modo, a permissividade generalizada do poder municipal que tudo permite, que não tem a inteligência de definir e aprovar Leis de Uso e Ocupação do solo; Código de Obras de qualidade; Comissões de estética e outros instrumentos de re-

gulação qualitativa comunitária. Essa mentalidade cabocla do começo do século XX é responsável pela decadência paisagística do Brasil, **país mais enfeado do planeta nos últimos 70 anos**. A conscientização deve ser repetida em todas as reuniões cabíveis, nas escolas, faculdade, entre profissionais de turismo: é preciso investir na pobreza com mais veemência. **Até levar os donos do poder à náusea.**

8. Quem pode bancar um Museu Regional e um Centro de Convenções?

Um Centro Cívico ou de Convenções, como em Bariloche, Argentina, é difícil de ser realizado devido ao custo. Prefeituras, muitas vezes, preferem usar o erário para fatores duvidáveis. Centros de Convenções atraem e rendem do ponto de vista de visitantes e usuários comuns, porque nele acontecem momentos marcantes, desde um bom acervo museológico da cultura regional até um complexo de salões de festas ou eventos diversos, bar e restaurante, butiques de souvenir, local para de diplomação escolar, etc. Cada prefeitura poderia dispor de *um stand* de exposições, mas o centro propriamente dito teria inevitavelmente de pertencer a um só município. Ou então de iniciativa privada que ganhe com os aluguéis, talvez até de um consórcio de empresários. Uma prefeitura dinâmica e moderna poderia, com auxílio de uma associação regional captar recursos de financiamento, mas tudo conduzido com seriedade e sem nepotismo. O Centro poderia se autossustentável se bem gerido. Quantos estabelecimentos de Paris usufruem de lucros graças à existência de suas dezenas de museus e centros de convenções? Ora, a escala local não ganhará a mesma coisa, mas poderá certamente usufruir de benefícios que sem este rol aqui sistematizado, teria de se contentar com seus tostões – porque infelizmente somos muito individualistas e temos de pagar caro pelo troco de nossas atitudes - tanto infantis, quanto amadoras.

Vale muito mais aperfeiçoar instituições, equipamentos e serviços já iniciados do que ficar na eterna dependência do “dernier cri” da folia consumista.

REFERÊNCIAS

CLAVAL, Paul. *Geographie Régionale*, Paris, 2006.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008

LA BLACHE, Paul Vidal de. *La terre, géographie physique et économique*. Paris: Delegrave, 1883.

LABRUNA, Márcio Bahia. *Ecofronteiras e Turismo no Planejamento Territorial em mosaicos*

de Áreas Protegidas. Estudo do caso do Mosaico Bocaina, RJ/SP. Doutorado na USP, 2014.

PEREIRA, Joelson Gonçalves. *O patrimônio ambiental urbano de Corumbá, MS: identidade e planejamento.* Tese de doutorado, FFLCH, USP, 2007

TOYNBEE, Arnold Joseph. *Ciudades en Marcha.* Madrid: Alianzas Editorial, 1973.

YÁZIGI, Eduardo. *Saudades do Futuro. Por uma teoria do planejamento territorial do turismo.* São Paulo: CNPq/Plêiade, 2009.

YÁZIGI, Eduardo. *A pequena hotelaria e o entorno Municipal.* São Paulo: Editora Contexto, 2001.

NOTA: O presente artigo foi publicado na revista *Tourism and Hospitality Journal*, de Portugal, em Setembro de 2014, sendo a presente edição brasileira revista e aperfeiçoada.